

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 63

SÁBADO, 11 DE JUNHO DE 1994

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 68, de 22 de junho de 1992, do Ministro de Estado dos Transportes e das Comunicações, que renova, por dez anos, a permissão outorgada à Publisom Indústria e Comércio Ltda., posteriormente transferida à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de junho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1994

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a elevar o limite fixado no art. 4º, II, da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, e a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás – LFTGO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorizado a elevar, temporariamente, o limite fixado no art. 4º, II, da citada Resolução, com vistas a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Goiás – LFTGO, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1994.

EXEMPLAR ÚNICO

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS
Semestral _____ 23,53 URV

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 6º do art. 15 da Resolução nº 11, de 1994;
- b) **modalidade:** nominativa-transferível;
- c) **rendimentos:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) **prazo:** de até um mil, quatrocentos e sessenta e um dias;
- e) **valor nominal:** Cr\$ 1,00 (um cruzeiro real);
- f) **características dos títulos a serem substituídos:**

Título	Vencimento	Quantidade
651460	15-3-94	1.956.000.000

g) **previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:**

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-3-94	15-3-98	651461	15-3-94

h) **forma de colocação:** mediante ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) **autorização legislativa:** Leis nº 10.908, de 14 de julho de 1989, e nº 11.069, de 15 de dezembro de 1989.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 24, de 1994, do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de junho de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 60ª SESSÃO, EM 10 DE JUNHO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimento

– Nº 443, de 1994, de autoria do Senador Reginaldo Duarte, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 1º e 6 de junho do corrente ano. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.2 – Ofício

– Nº 370/94, da Liderança do PPR, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.3 – Comunicações da Presidência

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 523, de 7 de junho de 1994, que concede novo prazo para conclusão do inventário do Instituto Nacional de Assistência

Médica da Previdência Social – INAMPS, extinto pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 524, de 7 de junho de 1994, que estabelece regras para a conversão das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino em Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO – Preocupações de S.Exa. com a governabilidade do País, em face da possível vitória do candidato do PT, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Insatisfação dos militares com os baixos soldos e com as condições precárias de trabalho.

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações acerca da posição a ser adotada pelo Governo brasileiro na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida pela

ONU, no Cairo, dias 5 a 13 de setembro próximo. Transcrição da Mensagem do Papa João Paulo II a Sra. Nafis Sadik, Secretária da Conferência, advertindo para a cultura da morte.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

– Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 223, de 1994

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 63 e 64, de 1994

4 – ATA DE REUNIÃO

5 – MESA DIRETORA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 60^a Sessão, em 10 de junho de 1994

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Richa e Jonas Pinheiro

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco – Alexandre Costa – Dirceu Carneiro – Epitácio Cafeteira – José Eduardo – José Richa – Marco Maciel – Mauro Benevides – Ney Maranhão – Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 443, DE 1994

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 13, § 1º, do Regimento Interno, requeiro sejam considerados como licença autorizada os dias 1º e 6 de junho do corrente ano, em que estive ausente dos trabalhos desta Casa, para tratar de assuntos político-partidários em meu Estado.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1994.

Senador Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Liderança do PPR

Of. nº 370/94

Brasília, 7 de junho de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Reformador – PPR, o Deputado Paulo Mourão para ocupar a vaga de titular em substituição ao Deputado Hugo Biehl, que passará a suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente,

Deputado **Marcelino Romano Machado**, Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – Será feita a substituição solicitada.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 523, de 7 de junho de 1994, que concede novo prazo para conclusão do inventário do Instituto Nacional de Assistência Médica e da Previdência Social – INAMPS, extinto pela Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
1. César Dias	1. Wilson Martins
2. Márcio Lacerda	2. Amir Lando
	PFL
3. Hugo Napoleão	3. Alexandre Costa
	PPR
4. Levy Dias	4. Hydekel Freitas
	PSDB
5. Almir Gabriel	5. Maurício Corrêa
	PT
6. Eduardo Suplicy	6.
	PMN
7. Francisco Rollemberg	7.

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. Ivânião Guerra	1. Luiz Moreira

	PMDB	
2. Euler Ribeiro	2. Olavo Calheiros	
	PPR	
2. Arnaldo Faria de Sá	3. João Tota	
	PSDB	
4. Geraldo Alckmin Filho	4. Antônio Faleiros	
	PP	
5. Raul Belém	5. Benedito Domingos	
	PDT	
6. Liberato Caboclo	6. Cidinha Campos	
	PMN	
7. Jerônimo Reis	7. Nilson Gibson	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 10-6-94 – Cidinha Campos

Dia 13-6-94 – instalação da comissão mista;

Até 13-6-94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-6-94 – prazo final da comissão mista;

Até 7-7-94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 524, de 7 de junho de 1994, que estabelece regras para a conversão das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino em Unidade Real de Valor (URV), e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
1. João Calmon	1. Antonio Mariz
2. Amir Lando	2. Gilberto Miranda
3. Hugo Napoleão	3. Júlio Campos
4. Jarbas Passarinho	4. Carlos Alberto De'Carli
5. Mário Covas	5. Almir Gabriel
6. Ney Maranhão	6. Aureo Mello
7. Magno Bacelar	7. Darcy Ribeiro

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
1. Paes Landim	1. Ângelo Magalhães
2. João Henrique	2. Valter Pereira

PMDB	PPR
2. Euler Ribeiro	3. Armando Pinheiro
	PSDB
2. Arnaldo Faria de Sá	4. Ubiratan Aguiar
	PP
4. Geraldo Alckmin Filho	5. Raul Belém
	PDT
5. Raul Belém	6. Carlos Lupi
	PT
6. Liberato Caboclo	7. José Fortunati
	7. Chico Vigilante

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia-10-6-94 – designação da comissão mista;

Dia-13-6-94 – instalação da comissão mista;

Até 13-6-94 – prazo para recebimento de emendas. Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 23-6-94 – prazo final da comissão mista;

Até 7-7-94 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Richa) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão, primeiro orador inscrito.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN-PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com a responsabilidade de 40 anos de vida pública, ocupo a tribuna do Senado Federal para afirmar à Nação, principalmente às elites políticas e empresariais, que as Forças Armadas garantirão o processo democrático, qualquer que seja o resultado das eleições.

Faço esta afirmativa para alertar à classe política dos riscos que corre o Brasil com a eventual vitória do candidato do PT, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Não pela ruptura do processo democrático, mas pela ruptura do contrato social, via medidas provisórias e pelo cerco do Congresso Nacional pelos representantes da 'República da CUT', braço aguerrido do PT.

Hoje, fora do Governo, a CUT pára o País com greves políticas. Imaginem os "sem-terra" com o Lula no poder. Imaginem as corporações estatais sendo dirigidas diretamente pela CUT/PT.

Sr. Presidente, a classe política não soube corresponder aos anseios da população. Negou, até agora, as reformas do texto constitucional que criariam as condições ideais para fazer com que o Brasil rompesse os gargalos que o mantém no atraso e no subdesenvolvimento. Ainda é tempo.

Como um dos exemplos mais marcantes da cegueira das elites políticas, citamos a não deliberação favorável aos capitais estrangeiros de risco, que poderiam criar riqueza e emprego para nossa gente e afastar os xiitas do PT, que não querem a prosperidade do País, a fim de empalmarem o poder na insatisfação.

Compreenderíamos tal decisão do Congresso Revisor se o País tivesse poupança necessária para investir na saúde, na educação, na segurança e ainda sobrasse para invenções na ciência, tecnologia e setores de alta densidade de capital.

Ao contrário, o Brasil é carente de capital e, em função de uma política econômica errada que adotou a incorporação da poupança externa através de capitais de empréstimo, sofremos uma sangria anual de 5% do PIB, só para pagar os escorchantes juros praticados, girando em torno de 20 bilhões de dólares.

Consequentemente, o contrato social brasileiro está prestes a ruir. O Governo que deveria dar segurança pública contra o crime, o Governo que deveria criar mecanismo contra as dificuldades

econômicas as aumenta. As corporações estatais e sindicais dominam o cenário político e ganham com o dinheiro dos contribuintes altos salários.

O sonho individual de encontrar a felicidade pessoal nesta vida está relegado ao esquecimento das terríveis dificuldades do dia-a-dia da atual quadra. A classe política não se mobiliza para atenuá-las e não tem coragem para diminuir o tamanho do Estado, dominado integralmente pelas falanges do PT/CUT.

Por isso, o PT e alguns partidos de esquerda são radicalmente contra qualquer mudança na legislação que propicia a criação de renda e emprego, já que isso não rende votos para eles. Quanto pior, melhor para os partidos o abismo.

O que mais me chama a atenção é o imobilismo das elites dirigentes e o seu caminhar resignado para o cadafalso que está sendo construído pela omissão, covardia e falta de patriotismo.

Sr. Presidente, outra grave preocupação é a situação vexatória em que se encontram as nossas Forças Armadas.

Como se não bastasse o esfacelamento das áreas de saúde, de previdência social, as elites dirigentes não se sensibilizaram para as péssimas condições a que estão submetidas as instituições que consagram as suas vidas para defender a nossa Pátria, garantir as instituições, a lei e a ordem.

Estou convicto de que as elites brasileiras se arrependerão amargamente pela miopia do imobilismo e pelo pouco caso com que vêm tratando as nossas Forças Armadas.

O descontentamento da tropa não diz respeito tão somente aos baixíssimos salários, como também devido às péssimas condições de trabalho atuais.

Apesar de nunca ter sido uma categoria privilegiada em termos salariais, nem mesmo durante os governos militares, os integrantes de nossas três armas sempre puderam sustentar as suas famílias com dignidade.

Abro parêntesis, neste meu pronunciamento, Sr. Presidente, para um comentário.

Há um adágio popular do Nordeste que diz: "Conselho é como rapé, toma quem quer"; e as elites dirigentes deste País não o têm ouvido. Digo isso para chamar a atenção para uma nota publicada no **Correio Braziliense** de hoje. Leio-a, pedindo seja transcrita nos Anais do Senado, para que futuramente não se diga que este Senador não alertou para isso e porque tenho certeza que verei novamente essas elites dirigentes que não tomaram essas medidas.

Diz a nota:

Baixos salários aumentam crise entre militares

A questão salarial se agrava no meio militar. Pesquisa comprova que 74% dos oficiais das tropas de elite da Marinha precisam completar a renda mensal para sobreviverem.

Como, Sr. Presidente? Os oficiais não podem fazer "bico", suas mulheres não podem trabalhar, porque na hora em que são transferidos para outro Estado elas têm que deixar seus empregos. Só não vê isso quem é cego.

No Exército, a insatisfação com os soldos já provocou quebra de hierarquia, em consequência da qual foram punidos 120 oficiais nos últimos dois anos.

E mais, Sr. Presidente:

Um alto índice de insatisfação e de falta de motivação pela carreira militar foi constatado por pesquisa realizada pela Marinha entre oficiais e praças de sua tropa de elite sediada no Rio. De acordo com a pesquisa, 54% dos oficiais e 77% das praças não têm interesse em continuar a carreira militar. A defasagem salarial é apontada como a principal causa. Em média, 83% do soldo são gastos em alimentação, moradia, transporte e educação. Para o resto sobram apenas 17%.

A pesquisa, envolvendo um universo de 20% do total de 6.141 integrantes da Força de Fuzileiros Navais, constatou que 74% dos oficiais e 88% das praças necessitam, para sobreviver, da complementação de renda de seus dependentes, de empréstimos, rendimentos de poupança ou de trabalhar em atividades civis.

O que, de acordo com o regulamento da tropa, é proibido.

Estas formas garantem o aumento nos rendimentos mensais dos fuzileiros, mas não evitam que, muitas vezes, fiquem sem recursos para saldar seus compromissos com credores. Entre os trabalhos mais procurados na área civil, a pesquisa aponta as funções de garçom, segurança em festas, camelô, feirante e mecânico.

Veja, Sr. Presidente, a que ponto chegaram nossos representantes nas Forças Armadas.

Não preciso dizer mais nada, a imprensa está dizendo. O Governo e as elites dirigentes sabem de tudo isso que está acontecendo, e não tomam qualquer providência!

O relatório elaborado pela Marinha com base no resultado das pesquisas alerta para a possibilidade de agravamento do quadro social dos militares, assinalando que a isonomia salarial proposta entre os Três Poderes é utópica. Assinala ainda que o descontentamento com os baixos soldos cresceu com a informação de que ascensoristas do Congresso Nacional recebem vencimentos maiores do que os de pilotos da FAB.

Sr. Presidente, não é a primeira, nem a segunda e nem a terceira vez que venho a esta tribuna para alertar sobre isso. Inclusive, quando discutimos a isonomia salarial, eu disse que o cobertor está curto: quando cobrimos a cabeça temos frio nos pés, e vice-versa.

A Nação brasileira gastou uma fortuna com os membros das Forças Armadas, para que defendessem o nosso território, a nossa Pátria. E tenho certeza de que nas nossas fronteiras falta até mesmo combustível para abastecer os tanques dos veículos, que estão secos, com teias de aranha dentro. É a verdade nua e crua. Tenho alertado sobre isso várias vezes aqui da tribuna no Senado.

A nota do **Correio Braziliense** de hoje traz a foto do Almirante Arnaldo Leite, que defende os salários dos militares, e tem como título:

Insatisfação de militar com salário promove rompimento da hierarquia.

Sr. Presidente, rompimento de hierarquia na área civil não tem qualquer importância. Temos vários exemplos disso, não só no Congresso brasileiro, mas também nos de outras nações. Recentemente, no país que tenho a honra de representar, lutando por um maior intercâmbio comercial – Formosa, a República da China –, o Congresso foi às vias de fato. Na Itália, quebram-se até as bancadas. Na área civil, isso é normal, num regime democrático.

No entanto, na área militar não se pode quebrar a hierarquia, pois esta é a espinha dorsal da força militar em qualquer país do mundo. Diz a nota do jornal:

Os baixos salários pagos aos militares vêm provocando crescente quebra na hierarquia, com punições disciplinares que já atingem, nos últimos dois anos, 120 oficiais, principalmente dos postos de capitão e major, no Exército.

Alertamos para o fato de que esses são postos do comando de tropa.

A informação foi prestada ontem por um capitão ameaçado de punição, por ter indagado de maneira irônica ao seu comandante se o Ministro Zeníldo Lucena estava realmente preocupado com o problema dos salários da tropa.

Sabemos, Sr. Presidente, que ninguém está mais preocupado com isso do que os altos Chefes Militares de nossas tropas e os Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que por diversas vezes têm se reunido com a Presidência da República, com

as elites e com este Congresso. E não foi tomada qualquer providência. A situação está a cada dia mais grave.

Continua a nota, dizendo:

Levantamento sócio-econômico feito em várias regiões militares, encomendado pelo próprio Ministro Zenildo Lucena, mostra que o problema é grave. Depois de relatar inúmeras situações, inclusive quadros de despesas de oficiais e praças, conclui: "O nível de insatisfação é muito grande e a situação está tornando-se insuportável.

Sr Presidente, as nossas Forças Armadas, que são uma escola de civismo, do Oiapoque ao Chuí, convocam nossos "pracinhas" para servi-las – uso esse termo porque me lembro dos que nos defendiam contra o nazi-fascismo, na Itália. Os nossos recrutas deveriam ficar, pelo menos, um ano na tropa; chegam com a "casca grossa", como se diz na área militar, e saem polidos, todos sabendo, no mínimo, o que é a Bandeira Nacional, sabendo o que é o respeito, porque lá ou se aprende por bem ou se aprende por mal, na dureza.

Sr. Presidente, hoje não é mais possível os nossos recrutas servirem as tropas durante um ano, onde adquirem educação, aprendem o civismo e a cidadania, porque não há dinheiro para a sua alimentação. Até onde chegamos? Isso é o fim, é o fundo do poço!

Diz ainda o jornal:

Os atos disciplinares, afirma um militar punido, ocorrem quando um oficial, ou praça, reclama do seu comandante sobre as medidas tomadas pela cúpula militar, em Brasília, em relação a aumento de salários para a categoria. Ou então, como aconteceu recentemente no Rio de Janeiro, um oficial sofreu punição disciplinar por ter dito ao comandante que não acreditava no empenho do Ministro do Exército na defesa do pleito de melhoria salarial dos militares junto às autoridades do Governo.

Isso é muito grave. Sabemos – e a tropa também o sabe – que o Ministro do Exército, militar que honra a sua farda, que honra a dignidade das nossas Forças Armadas, é um homem que tem se batido, juntamente com seus companheiros de comando e de Ministério, para reverter esse quadro. Sei o que sentem os Srs. Ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pela maneira como foram educados, acostumados a receber ordens, a fazer cumprir o regulamento, ao verem os seus subordinados agora passando necessidades.

Hoje, mais de 1.200 oficiais da Marinha moram com suas famílias ao redor de favelas. Esses oficiais vão para os quartéis preocupados com os familiares que deixaram em suas casas, em razão de problemas como o dos tóxicos, por exemplo. Isso é muito grave.

Estou alertando a Casa para essa situação, hoje, infelizmente, num momento em que este plenário está vazio. Espero que pelo menos a imprensa – jornais, revistas, rádio, televisão – desse País tome uma posição coerente com relação às coisas que estão ocorrendo. Não se pode tratar os nossos militares como fazem, às vezes, dando a entender que eles estão interferindo nas questões políticas, nas questões que dizem respeito à democracia. Eles têm interferido, sim, até hoje, mas com dignidade e segurança, a fim de garantirem o cumprimento das leis e preservarem as nossas instituições.

Continuando o meu pronunciamento, Sr. Presidente, vou repetir um adágio que existe no Nordeste e que o Senador Marco Maciel conhece muito bem. Depois que as nossas Forças Armadas entregaram o poder aos civis, elas têm dormido em cama de pô-de-mico; tomam água de barreiro – aquela água morna, salobra, que não mata a sede e aumenta o volume da barriga. E os nossos militares terminam a sua madorna, o seu descansozinho, à tarde, quan-

do têm tempo, não debaixo de um pé de coité, do nosso sertão, nem de um pé de figo, mas de um pé de cadeiro. Quando se recostam, a pontinha seca dos espinhos penetram no corpo causando apostemas.

Sr. Presidente, é dessa forma que estão sendo tratadas as nossas Forças Armadas. E como Senador da República tenho autoridade para falar, porque nunca engraxei bota de militar. Em 1969 fui cassado pelos militares; respondi a 3 IPMs e 8 processos; passei 10 meses na cadeia e tive um traje de detento com o nº 20402, o que me orgulha também. Respondi aos IPMs, mas por ser inocente – os processos foram arquivados – em 15 dias eu estava jantando e almoçando nos refeitórios e nas cantinas dos oficiais. E a prova do que estou dizendo é que, depois de 8 anos, tenho documentos que atestam minha inocência.

Sr. Presidente, por eu ser coerente e inteiro – eu, que sou chefe da Tropa de Choque do ex-Presidente Fernando Collor, defendendo-o permanentemente, inclusive no meu Estado de Pernambuco; vou defendê-lo nas feiras e em todos os meios de comunicação – tenho em meu poder uma pesquisa que demonstra que detenho 11% das intenções de votos para Deputado Federal no meu Estado, sendo o mais votado. Pode ser que amanhã, pelas pesquisas, os números sejam outros, mas hoje eu os detenho justamente porque tenho coragem e sou inteiro. Se eu devesse alguma coisa, o PT já teria descoberto.

Há dois anos, quando eu era o Líder do Governo no Senado, desci a rampa do Palácio do Planalto com o "Emendão" do Presidente Fernando Collor pedindo o apoio do Congresso – o que foi negado; o Governo Itamar está fazendo a mesma coisa, e não o culpo – e, naquela ocasião, tive coragem de dizer algo que a maioria da classe política não teve, afirmei que a carga tributária no País era insustentável e, por isso, todo empresário sonegava. Quando afirmei isso, foi um deus-nos-acuda! Perguntaram-me se eu também sonegava. Afirmei que sim, mas disse-o como força de expressão, a fim de chamar atenção das autoridades para que baixassem a carga tributária e, assim, todos poderem pagar imposto. O meu imposto pessoal, pessoa física, está pago direitinho, bonitinho, tudo certo.

Naquela oportunidade, desafiei o Senador Eduardo Suplicy a uma aposta. Eu apostei o meu mandato contra o de S. Ex^a. O PT escolheria três empresas em cada Estado do Brasil e eu, a meu modo, mandaria fiscalização. Se a fiscalização não encontrasse uma que não sonegasse, eu renunciaria ao meu mandato, e, por outro lado, se não encontrasse, S. Ex^a renunciaria ao dele. Mas como o Senador Eduardo Suplicy não é doido, não aceitou a aposta.

Hoje, tenho satisfação em dizer que o meu maior aliado é o candidato que está liderando as pesquisas: Luiz Inácio Lula da Silva. Na semana passada, em *O Globo*, na primeira página, ele afirmou que "a maioria esmagadora dos empresários sonegam". E disse mais: "é preferível o empresário sonegar essa carga tributária do que fechar a sua fábrica e o empregado perder o seu emprego". Então, este Senador tinha razão. É por isso que a classe política tem que fazer uma autocrítica e corrigir o que está errado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou continuar o meu pronunciamento fazendo um apelo à Nação, ao Presidente da República e às elites dirigentes, para que solucionem, de uma vez por todas, o problema das Forças Armadas. Vamos deixar de enrolar, de conversa fiada, como dizemos no Nordeste, conversa que não chega a coisa nenhuma.

Apesar de nunca ter sido uma categoria privilegiada em termos salariais, nem mesmo durante os governos militares, os integrantes de nossas Três Armas sempre puderam sustentar suas famílias com dignidade.

Hoje, qualquer auxiliar do Banco Central, da PETROBRÁS ou dirigente sindical ganha mais que um coronel, e um assessor ganha mais que um general. Repito, Sr. Presidente: hoje, qualquer auxiliar do Banco Central, da PETROBRÁS ou dirigente sindical ganha mais que um coronel, e um assessor ganha mais que um general. Todas essas categorias são sustentadas com dinheiro do contribuinte. A única diferença é que elas são peça da engrenagem política do PT e da CUT, e podem fazer grave. Os militares não podem.

Sr. Presidente, os salários estão baixos, mas os salários dos militares estão baixíssimos. A insatisfação é geral e o risco nos quartéis não pode ser desconsiderado. É inconcebível que não se encontre urgentemente uma forma de remunerar adequadamente uma das categorias mais preparadas da função pública deste País, até mesmo por sabedoria.

O Estado brasileiro, que investe grandes recursos na formação desses servidores, não deve deixá-los abandonar a carreira que abraçaram com tanto idealismo por falta de uma remuneração digna que lhes possibilite sustentar suas famílias, ou pela simples falta de recursos para o exercício de suas funções, como vem ocorrendo na Aeronáutica, com o desligamento de quase uma centena de oficiais aviadores por falta de aviões, combustível, como falei anteriormente, para o exercício regular de suas atividades.

Sr. Presidente, mesmo com todas as justificativas e discursos favoráveis, a situação das Forças Armadas ainda não mereceu uma solução que repare as gritantes injustiças e humilhações a que têm sido submetidos os nossos bravos soldados. Isso não pode existir. Não se pode pensar que um homem que veste a farda verde-oliva, a farda branca e azul da Aeronáutica exerça a atividade de garçom para sustentar sua família. As senhoras, muitas vezes, servem até em área de restaurante, fazendo limpeza. Isso é uma humilhação, Sr. Presidente. Isso não pode continuar.

Por isso, a fim de que as elites não digam que não foram avisadas, acredito que uma das primeiras medidas do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva será aquela que resolverá a precária situação das Forças Armadas. A solução desse problema será um ato de sabedoria do candidato do PT e contará com nosso apoio – aliás, V. Ex^a sabe que eu e o PRN batemos de testa. Vou me eleger Deputado Federal; a Bancada do PRN vai ser numerosa, porque o ex-Presidente da República, Fernando Collor de Mello, transfere 15% a 20% dos votos do seu eleitorado. Se eu me eleger para a Câmara dos Deputados, testarei o leite encanado – puro ou batizado – que o Sr. Luiz Inácio está prometendo ao povo brasileiro.

Só para se ter uma idéia do pouco caso com que são tratadas as nossas Forças Armadas, hoje gastamos apenas 0,3% do PIB, enquanto que 5% com pagamento de juros.

Sr. Presidente, quando falo, gosto de "matar a cobra e mostrar o pau". Portanto, apresentarei a V. Ex^a alguns dados, **GNP FOR DEFENSE (in percent)**, do exército americano. Vou lê-los. O plenário está vazio. Tenho certeza que a manhã a imprensa vai falar pouco, mas estará escrito nos Anais do Senado Federal o que neste momento vou dizer.

Sr. Presidente e Senador Marco Maciel, são 157 as nações do mundo aqui relacionadas, com os seus percentuais de gasto do PIB com as Forças Armadas. São elas:

Catar, 46.9; Iraque, 32.0; Omã, 23.3; Coreia do Norte, 22.4; Vietnã, 19.4; Nicarágua, 17.2; Israel, 16.6; Angola, 14.3; Jordânia, 13.9; Arábia Saudita, 12.8; Bulgária, 12.0; Iêmen, 12.4; Cabo Verde 12.1; Síria, 11.9; União Soviética, 11.9; Líbia, 11.1; Laos, 10.5; Guiana, 9.3; Egito, 9.2; Afeganistão, 9.1; Adis-Abeba, 9; Etiópia, 8.5; Moçambique, 8.4; Líbano, 8.2; Irã, 7.9; Namíbia, 7.7; Emirados Árabes Unidos, 7.4; Alemanha Ocidental, 7.3; Mongólia, 7.2; Marrocos, 7.1; Polônia, 6.9; Checoslováquia, 6.8; Zâmbia, 6.8; Pa-

quistão, 6.5; Estados Unidos, 6.3; Grécia, 6.2; Brunei, 5.8; Coréia do Sul, 5.8; Ilhas Seychelles, 5.6; Cuba, 5.4; Cingapura, 5.3; Gabão, 5.2; Hungria, 5.2; Kuwait, 5.2; Romênia, 5.2; San Marino, 0.9; Luxemburgo, 0.8; Ilhas Maurício, 0.8; Nigéria, 0.8; Zaire, 0.8; Barbados, 0.7; Níger, 0.7; Costa Rica, 0.6; Hong Kong, 0.6; México, 0.6; Bahamas, 0.5; Serra Leoa, 0.5; Brasil, 0.3; Andorra, 0.0; e Islândia, 0.0.

Note bem, Sr. Presidente, abaixo do Brasil temos somente Andorra e as Ilhas Seychelles, ou seja, duas nações, abaixo do Brasil, que gastam menos de 0,3 do seu PIB com as forças armadas.

Senador Marco Maciel, esses são dados estatísticos e informativos das forças armadas dos Estados Unidos.

Sr. Presidente, solicito a transcrição deste documento nos Anais do Senado Federal.

O Sr. Marco Maciel – Nobre Senador Ney Maranhão, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO – Com muito prazer, sobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel – Nobre Senador Ney Maranhão, gostaria de iniciar minha breve intervenção dizendo que V. Ex^a fere essa questão em um momento muito oportuno, porque, se não estou equivocado, hoje, no Exército, comemora-se o Dia da Artilharia, homenageando a figura do Malet, autor da frase "por aqui, não entram os inimigos da Pátria". Amanhã, a Marinha de Guerra comemora um de seus grandes feitos – a Batalha do Riachuelo. Esses dois fatos que ocorrem, um hoje, outro amanhã, bem demonstram a importância e a significação das Forças Armadas na formação do nosso País, na preservação de nossas fronteiras, na manutenção da lei e da ordem. Creio, por isso mesmo, como chama atenção V. Ex^a, que não podemos deixar de reconhecer o significativo papel que elas desempenham. Papel que não se circunscreve apenas à defesa contra agressões externas, à segurança das nossas fronteiras, que não se reduz tão-somente, sob a égide da Constituição, ao cumprimento de uma série de mandamentos legais, estatutários; mas papel que se desenvolve também no campo social, formando recursos num País que necessita, cada vez mais, adestrar seus quadros, realizando ação social, sobretudo, nas áreas mais distantes e de difícil acesso, ajudando na prestação de serviços básicos, no campo da saúde e da educação de modo especial. Então, diria que as Forças Armadas desempenham no País, neste País continental que é o Brasil, de enorme mar territorial, com uma fronteira extremamente extensa – eu penso que, depois da China, somos o País que mais possui estados lindeiros. A China, se não estou equivocado, tem fronteira com 11 ou 12 países, e o Brasil o faz com 10. É importante destacar que, diferentemente do que acontece com a China, o Brasil tem um relacionamento pacífico com os seus vizinhos, o que de alguma forma demonstra, também, a conduta não agressiva do nosso povo. Sem contar essas fronteiras com uma dezena de países, é importante lembrar que temos uma enorme fronteira marítima, que nos faz vizinhos da África, pois o que nos separa da África são as águas abissais do Atlântico, sem contar que o mar enseja fácil intercâmbio com as Américas, a Europa, a Ásia, etc., e, por outro lado, não deixa de ser, também, um ponto de vulnerabilidade; porque o mar, de alguma forma, é também um meio de que muitos se valem para a agressão. Por todas essas razões, o discurso que V. Ex^a faz hoje é oportuno, porque ocorre no momento em que o Exército comemora a passagem do Dia de Artilharia; a Marinha amanhã se apresta para celebrar uma de suas datas mais significativas, como acabamos de lembrar. Expressa, V. Ex^as, algumas inquietações que são não apenas dos militares mas também de todos os brasileiros. Por isso, concluo o meu aparte dizendo que não posso deixar de reco-

nhecer que V. Ex^a tem razão em muitos pontos que expende, em muitas considerações que produz ao longo do seu pronunciamento. Tenho a convicção, sobre Senador Ney Maranhão, de que o Poder Executivo, nomeadamente o Presidente Itamar Franco, naturalmente ouvindo os Ministros militares não deixará de levar em consideração as palavras que V. Ex^a aqui profere; ou seja, estou certo de que suas palavras vão produzir reflexões por parte do Presidente e de seus auxiliares, no sentido de encontrarem soluções para as questões aqui suscitadas. Tenha, pois, a certeza de que, ao fazer este discurso na manhã de hoje, V. Ex^a de alguma forma traz uma contribuição ao debate de uma questão que – eu diria – é uma questão aguda, sobretudo porque ainda não conseguimos dar ao País a necessária estabilidade econômica. Ainda somos uma Nação que convive com taxas altíssimas de inflação. Por isso são os nossos votos no sentido de que o plano de estabilização econômica que o Governo vem de lançar, cuja etapa mais importante se iniciará no dia 1º de julho, venha dar certo. Não acredito que seja possível construir uma nação desenvolvida e igualmente justa sem que haja uma moeda forte, sem que haja o mínimo de estabilidade econômica. São moeda e estabilidade econômica pressupostos básicos para que se tenha um verdadeiro processo de desenvolvimento, que, muito mais do que mera expansão de bens materiais, é antes e sobretudo um processo que deve fazer com que toda sociedade possa participar de maneira equânime dos frutos, dos resultados dos esforços coletivos. Por isso, eu gostaria de dizer que estou certo de que o Presidente Itamar Franco e seus auxiliares levarão em consideração as observações que V. Ex^a produz nesta manhã, mormente no que diz a essas questões mais agudas relativas à situação dos militares, que são, por definição constitucional, servidores públicos e, por um estatuto especial, antes de tudo, servidores da Pátria.

O SR. NEY MARANHÃO – Senador Marco Maciel, quero agradecer esse oportuno aparte, antes de tudo pelo peso político que V. Ex^a representa no Congresso Nacional e neste País. V. Ex^a é um Senador, um homem público que tem uma experiência muito grande, apesar de moço. Começou sua vida pública, com a seriedade que o caracteriza, empreendendo um trabalho persistente, que todos os brasileiros, todos os homens que acompanham sua trajetória reconhecem.

Senador Marco Maciel, faço um apelo a V. Ex^a, pelo seu peso político, pela sua liderança em um dos Partidos de mais valia no Congresso, que dê força para que encontremos a solução. V. Ex^a foi Governador de Pernambuco, um Estado problema, um Estado complicado. Sabe que Pernambuco é um dos poucos Estados onde, até hoje, uma parte da força política ainda reconhece o Muro de Berlim e o Leste Europeu. Ainda se lêem, nas manchetes dos nossos jornais, referências à "esquerda" e à "direita" – e isso acabou.

V. Ex^a tem tido uma posição de liderança na difícil vida política pernambucana e se sobressai na política nacional como Líder do segundo maior Partido deste Senado e do Congresso Nacional.

Eu quero que V. Ex^a, como pernambucano, dê uma força, porque até agora, Senador Marco Maciel – sou um homem que digo o que sinto –, tem-se conversado muito miolo de pote. Conversa-se, reúne-se, chama-se, fala-se em isonomia, e os militares permanecem no mesmo lugar, senão em situação pior, Senador. E V. Ex^a, como homem, como Líder, vê a democracia – como nós todos a vemos – em primeiro plano e sabe que nossas Forças Armadas, nessas crises todas por que estamos passando, vêm respeitando a lei, a ordem e a nossa Constituição. V. Ex^a há de sentir que poderá chegar a um ponto em que a quebra da hierarquia, para nossos chefes das Forças Armadas, na si-

tuação que estamos atravessando, Senador Marco Maciel, poderá significar a quebra da espinha dorsal. E isso é muito ruim para todos nós.

Agradeço-lhe. V. Ex^a transmitiu em seu aparte a sua preocupação e o apoio a este Senador nesse alerta que está fazendo à Nação brasileira. E digo que V. Ex^a poderá ter um papel muito importante, principalmente pela força que representa o seu Partido e V. Ex^a em si. A palavra de V. Ex^a será muito importante para que resolvamos, de uma vez por todas, essa situação. Isso tinha que ter sido resolvido ontem e não hoje. Quando falo do Presidente Itamar Franco, sempre faço uma ressalva com respeito a Sua Excelência. Eu o conheço, tenho pelo Chefe da Nação o maior respeito e tenho apoiado o seu Governo, porque o seu programa de Governo é o programa que o ex-Presidente Collor e o então Vice-Presidente assumiram em praça pública. O Presidente Itamar Franco está tentando continuar esse programa, mas há muita dificuldade – e V. Ex^a sabe disso –, pois o programa do seu Partido é o programa do neoliberalismo e é justamente isso que estamos tentando fazer.

Senador Marco Maciel, mais uma vez agradeço o aparte de V. Ex^a nesta oportunidade em que alerto a Nação para o perigo que estamos correndo. E encareço a V. Ex^a que coloque na sua agenda, como um de seus projetos prioritários, apoiar a tentativa de resolução deste imenso problema que estamos enfrentando: a luta por justos salários. Aliás, não são só por salários, Senador Marco Maciel, mas por verbas de que as nossas Forças Armadas precisam para movimentar sua tropa, para aquisição de equipamentos, para renovação dos materiais mínimos, para que dêem conta do recado, ou seja, possam cumprir sua missão: olhar por nossa bandeira e defendê-la, do Oiapoque ao Chuí. Muito obrigado a V. Ex^a.

Prossigo com a leitura do meu discurso, Sr. Presidente e Srs. Senadores: Somos a décima economia do planeta. Em termos de gastos com as Forças Armadas, estamos colocados no 155º lugar, conforme mostra o quadro anexo.

Portanto, Sr. Presidente, as Forças Armadas, que não podem fazer greve para garantir seus direitos, darão sustentação institucional ao Sr. Lula, não porque receberão o tratamento justo e merecido que as atuais elites não quiseram dar, mas pelo simples fato de que as Forças Armadas não se arredarão do texto constitucional.

É forçoso reconhecer que as elites políticas, por omissão, deixaram de ser os agentes de transformação de que o Brasil tanto carece para superar a fome e a miséria.

De outra parte, temos que admitir que o Sr. Lula, candidato do PT, está galvanizando toda a insatisfação popular, conforme atestam as pesquisas, e deverá ser o grande vitorioso das próximas eleições, caso o Congresso não tome as medidas corajosas que melhorem a vida da população.

Para concluir, Sr. Presidente, conclamo a classe política, notamment os partidos que têm compromisso democráticos com o futuro deste País, que evidem todos os esforços no sentido de aprovar, antes do término da atual legislatura, as mudanças constitucionais que viabilizem o Brasil e, com urgência, resolvamos os problemas das nossas bravas Forças Armadas enquanto há tempo.

E para os candidatos à Presidência da República, resta-nos relembrar que a única saída para o País será um Estado eficiente, com marcante atuação nos setores da segurança, saúde, educação, de tamanho compatível com as exigências da sociedade, associado a uma forte iniciativa privada nacional e estrangeira, a fim de que a população ganhe um melhor padrão de bem-estar social. E, para tanto, é necessário que os mesmos se engajem no processo de revisão do texto constitucional, que, não obstante o alto grau de espe-

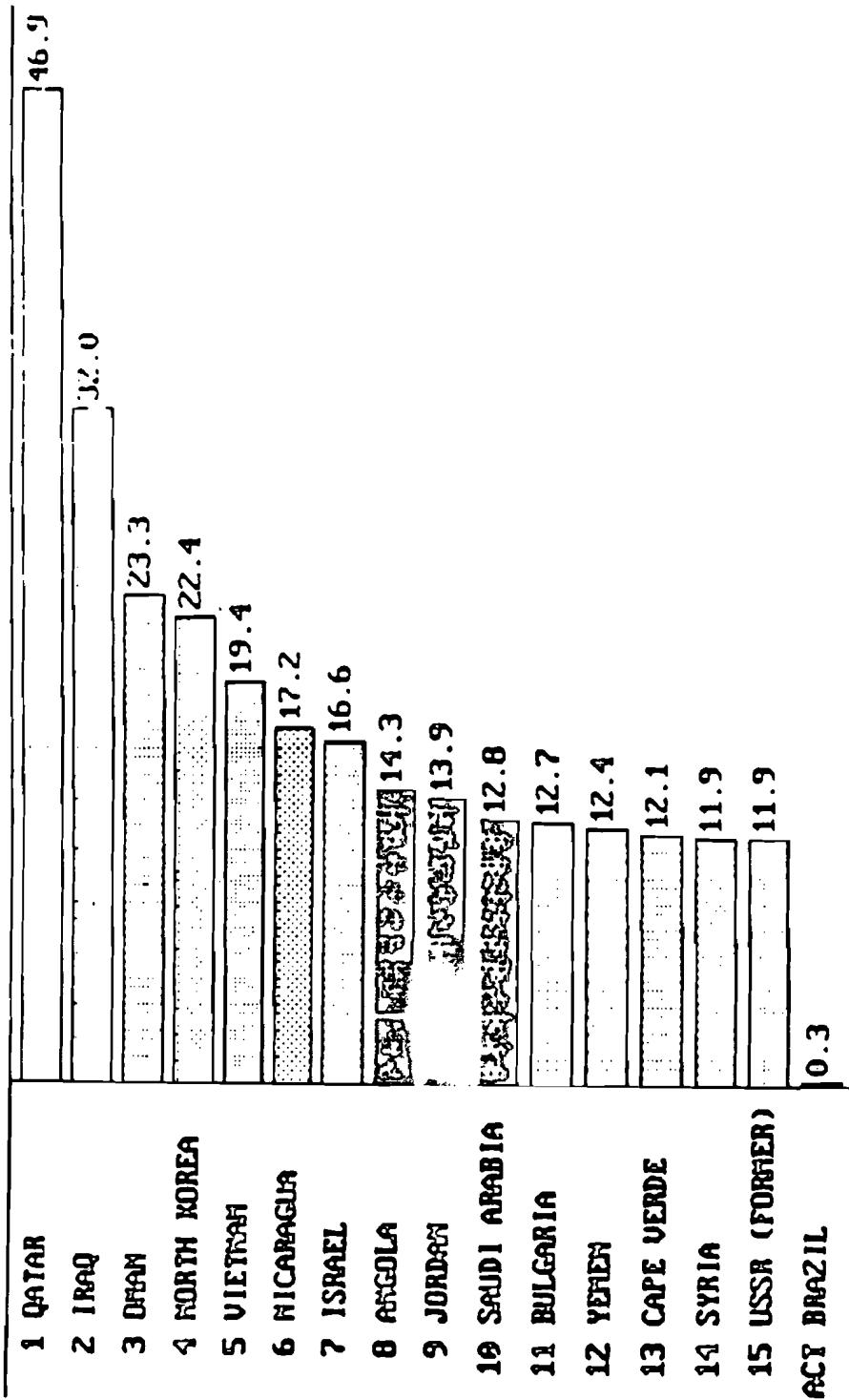
rança, apenas consagrou direitos para uma minoria encastelada nas corporações que dominam o Estado brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

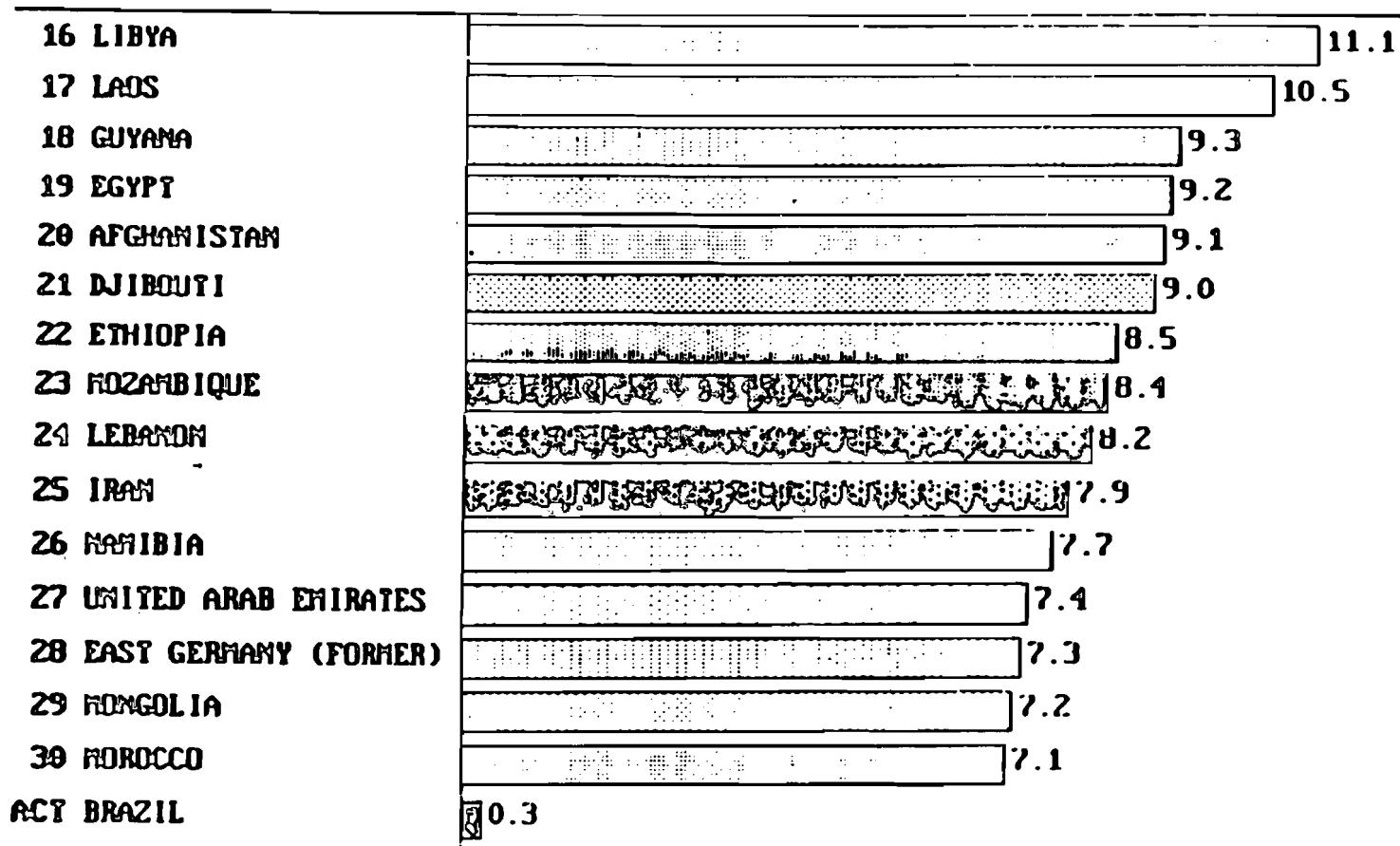
DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARENHAO EM SEU DISCURSO:

(RIO, 1994, 1994 PC Global, Inc., Telmex, AZ, USA, 111 Piggyback Road, Suite 140, dpt.

GDP FOR DEFENSE
(in percent)



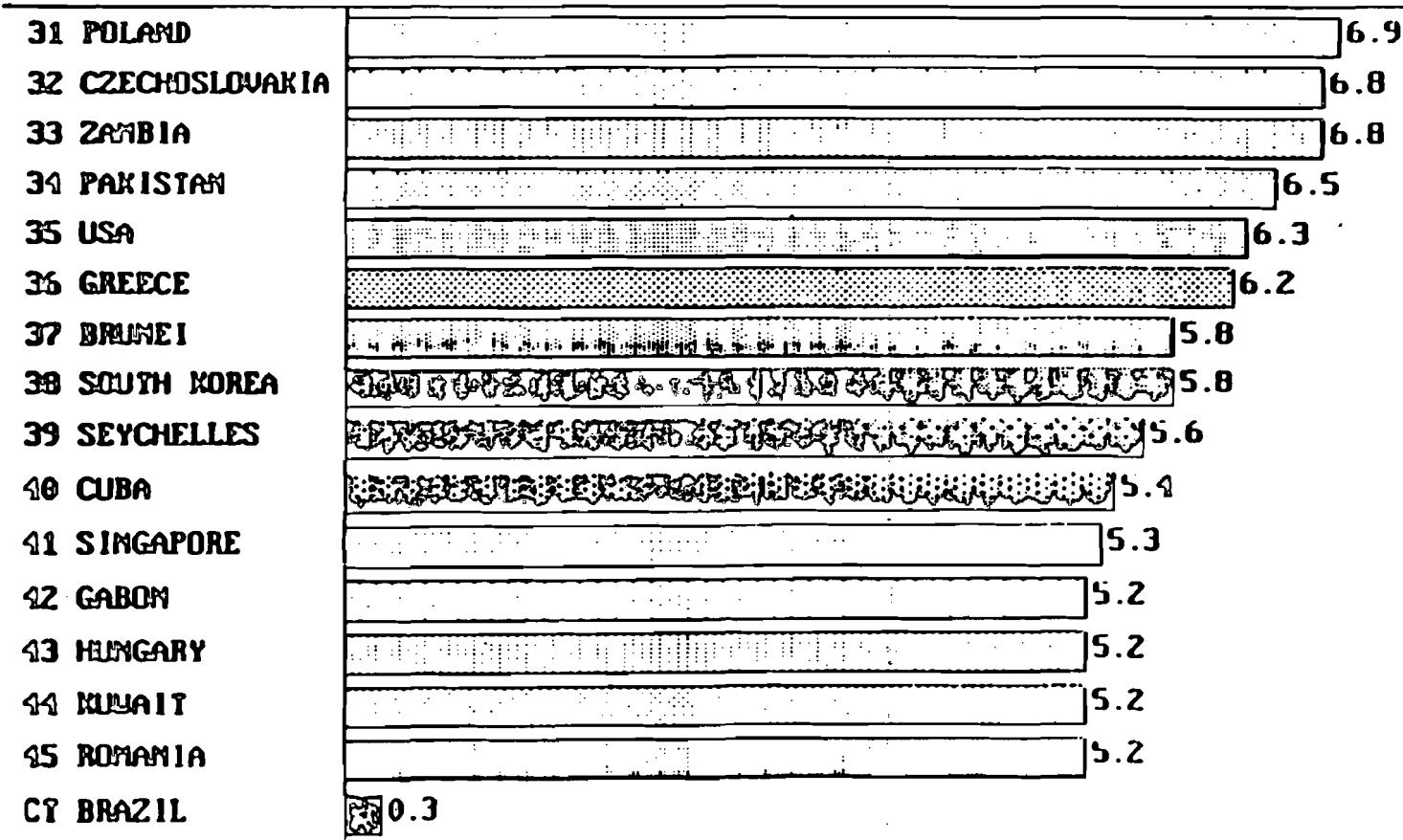
GMP FOR DEFENSE (in percent)



Copyright 1992 PC Gloria, Inc. Lemire, AZ, USA. All Rights Reserved Worldwide.

(número 1652 de 1994) de 17.04.1994, art. 111, inciso II, parágrafo 1º, da LDB.

GNP FOR DEFENSE
(in percent)



0.9
0.8
0.8
0.8
0.8
0.8
0.7
0.7
0.6
0.6
0.6
0.5
0.5
0.3
0.0
0.0
0.3

GNP FOR DEFENSE
(in percent)

143 SAN MARINO	0.9
144 LUXEMBOURG	0.8
145 MAURITIUS	0.8
146 NIGERIA	0.8
147 ZAIRE	0.8
148 BARBADOS	0.7
149 NIGER	0.7
150 COSTA RICA	0.6
151 HONG KONG	0.6
152 MEXICO	0.6
153 BAHAMAS	0.5
154 SIERRA LEONE	0.5
155 BRAZIL	0.3
156 ANDORRA	0.0
157 ISLÂNDIA	0.0
ACT BRAZIL	0.3

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão, o Sr. José Richa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizar-se-á no Cairo, Egito, no período de 5 a 13 de setembro próximo, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas. Como documento preparatório da referida reunião, a secretaria-geral da conferência já fez distribuir aos que participarão do evento, uma proposta significativa, de alguma forma, o documento básico que será discutido no encontro.

Quero dizer neste instante, Sr. Presidente, que o encontro do Cairo não deixa de ser uma reunião de grande importância porque, nos últimos anos, tem sido elevado o incremento da população mundial, e assuntos relativos à população e sobretudo à sua condição social são questões que têm preocupado governos e instituições de todo o mundo.

Todavia, Sr. Presidente, é importante ter presente o que se propõe ser objeto da referida conferência. Abordo este tema na manhã de hoje, porque, recentemente, em encontro do Papa João Paulo II com o Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton – encontro extremamente importante e raro – Sua Santidade fez questão de revelar sua preocupação com os rumos dessa conferência, sobretudo porque, segundo se anuncia – e é o que se depreende da leitura desse relatório preliminar –, a Conferência do Cairo teria objetivos bem mais amplos do que discutir os problemas relativos à população e ao desenvolvimento, enveredando para o terreno do controle de natalidade e, até mesmo, recomendando a legalização de práticas abortivas.

Preocupado com essa questão, o Papa João Paulo II vem de escrever uma carta ao secretariado da referida Conferência. Nessa documento, o Papa João Paulo II chama a atenção para alguns pontos que merecem uma maior reflexão. A carta de João Paulo II foi encaminhada após receber em março último a Srª Nafis Sadik, que, além de Secretária-Geral da Conferência Nacional sobre População e Desenvolvimento, a que já fiz menção, é também Diretora-Executiva do Fundo das Nações Unidas para a População.

Efetivamente, Sr. Presidente, não vou ler toda a carta que o Papa João Paulo II entregou à Srª Nafis Sadik, mas não posso deixar de pedir a V. Exª que determine a sua transcrição nos Anais da Casa, para que todo o Senado tome conhecimento.

O Papa João Paulo II faz algumas advertências, sobretudo relativamente ao que Sua Santidade denomina, com propriedade, de "cultura da morte", salientando que:

...o gênero humano parece orientar-se nesse campo mais para limitar, suprimir ou anular assuntos da

vida, chegando-se aí até o recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades à mesma vida.

Em outro trecho, Sua Santidade o Papa João Paulo II lembra a necessidade de se ter uma política de proteção à família e diz textualmente:

Problemas fundamentais, tais como a transmissão da vida, a família e o desenvolvimento material e moral da sociedade, devem ser tomados em séria consideração.

E lembra:

Qual é o futuro que propomos aos adolescentes, se os deixamos, na sua imaturidade, seguir os próprios instintos, sem tomar em consideração as implicações interpessoais e morais dos seus comportamentos sexuais? Não temos, porventura, a obrigação de abrir os olhos para os prejuízos e sofrimentos aos quais um comportamento sexual moralmente irresponsável pode expô-los?

Não é nosso dever, porventura, desafiá-los com uma ética exigente, que respeite plenamente a sua dignidade e os conduza ao autocontrole necessário, a fim de poderem enfrentar as inúmeras exigências da vida?

E conclui o Papa João Paulo II:

Nenhum dos temas que serão debatidos é meramente uma preocupação de natureza econômica ou demográfica, mas, em última análise, cada um deles tem um problema de profundo significado moral, com vastas implicações. O contributo da Santa Sé consistirá, justamente, em oferecer uma perspectiva ética acerca das questões que deverão ser consideradas, sempre com a convicção de que os esforços da humanidade, por respeitar e por se conformar com o desígnio providencial de Deus, são o único modo de obter bom êxito na edificação de um mundo de igualdade, unidade e paz genuínas.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, eu gostaria, antes de encerrar minhas palavras, ao tempo em que renovo o pedido para que a carta de Sua Santidade o Papa João Paulo II seja transcrita nos Anais da Casa, de aproveitar a ocasião para chamar a atenção do Governo brasileiro, de modo especial do Ministério das Relações Exteriores, para que examinem atentamente a pauta dessa reunião do Cairo, a fim de que o Brasil não faça coro com os que pregam uma "cultura da morte", ou seja, pouco valorizam a importância da instituição familiar e que, de alguma forma, como consequência disso, utilizam-se de práticas incompatíveis ao bom desenvolvimento da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO:

MENSAGEM □ Ao Secretário-Geral da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

Tratar sem uma base ética questões fundamentais como a família, a transmissão da vida, o autêntico progresso moral e material significa pôr em discussão o futuro mesmo da humanidade

João Paulo II recebeu em audiência especial, na manhã do dia 18 de Março, a Exma. Sra. Nafir Sadik, Secretária-Geral da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e Diretora-Executiva do Fundo das Nações Unidas para a População, e nessa ocasião entregou-lhe a seguinte Mensagem:

**A Senhora Nafir Sadik
Secretária-Geral
da Conferência Internacional de 1994
sobre População e Desenvolvimento
e Diretora-Executiva
do Fundo das Nações Unidas
para a População**

1. Saudo-a, Senhora Secretária-Geral, no momento em que Vossa Excelência está intimamente empenhada na preparação da Conferência Internacional de 1994 sobre a População e o Desenvolvimento, a ser realizada no Cairo no próximo mês de Setembro. A sua visita oferece-me a ocasião para compartir com Vossa Excelência algumas reflexões acerca de um tema que — somos todos unâmes a estre proposito — é de importância vital para o bem-estar e o progresso da família humana. O tema da Conferência do Cairo adquire um elevado significado, a luz do facto de o fócus entre os ricos e os pobres do mundo continuar a aumentar, constituindo uma situação que apresenta uma ameaça cada vez maior para a paz, à qual a humanidade aspira.

A situação da população do globo, e muito completa, existem variações não apenas de costume para comunitário, mas até mesmo de uma região para outra. Os estudos da Organização das Nações Unidas referem-nos que esta prevê-se uma rápida diminuição na taxa do crescimento da população mundial, e começar pela década dos anos 90, e que continuará até ao próximo século. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento permanece elevada naquelas das nações menos desenvolvidas do mundo, enquanto o aumento da população diminui de maneira considerável nas nações industrialmente desenvolvidas.

2. A Santa Sé tem seguido com muita atenção estes problemas, com uma preocupação especial em fazer referências práticas e objectivas acerca dos problemas demográficos, e em exortar a solidariedade mundial no que se refere às estratégias de desenvolvimento, de modo particular quando estas envolvem as nações em vias de desenvolvimento. A este propósito sói-nos muito útil a participação nos encontros da Comissão sobre a População, da Organização das Nações Unidas e os estudos da Divisão sobre a População, também da Organização das Nações Unidas. A Santa Sé participou igualmente em todos os encontros reais, em vista da preparação da Conferência do Cairo, adquirindo uma melhor compreensão acerca das diferenças regionais e contribuindo para o debate em todas as ocasiões.

Em conformidade com a sua competência e com as suas missões específicas, a Santa Sé empenha-se por que seja dedicada a justa atenção aos princípio: estes que determinam as acções derivantes da análise das políticas demográficas, sociológicas e políticas dos dados acerca das tendências da propria demografia. Portanto, a Santa Sé procura pôr em evidência algumas verdades básicas segundo as quais todas e cada uma das pessoas — independentemente da idade, do sexo, da religião ou da tradição nacional — têm uma dignidade e um valor que são incondicionais e inalienáveis à própria vida humana, desde o momento da concepção, até à morte natural, e sagrada os direitos humanos: são maiores e transcendem qualquer ordem constitucional, a unidade fundamental da raça humana exige que cada um se empenhe na edificação de uma comunidade, que seja livre da justiça e que lute para promover e proteger o bem comum. Essas verdades acerca da pessoa humana são o parâmetro para

qualquer resposta às descobertas que emergem da análise dos dados demográficos. E é dos mais autênticos valores humanos — reconhecidos pelos povos de diversas culturas e diferentes tradições religiosas e nacionais no mundo intero — que todas as opções políticas devem ser avaliadas. Nenhuma meta ou política oferecerá resultados positivos às pessoas, nem respeitará a dignidade única e as necessidades objectivas destas mesmas pessoas.

3. Existe uma opinião vastamente difundida, segundo a qual a política demográfica é apenas uma parte da estratégia global sobre o desenvolvimento. Por conseguinte, é importante que qualquer debate acerca de políticas demográficas tenha em consideração o desenvolvimento presente e futuro, tanto das nações como das regiões. Ao mesmo tempo, e impossível pôr de parte a natureza mesma daquilo que a palavra «desenvolvimento» significa. Qualquer desenvolvimento digno deste nome deve ser integral, ou seja, deve orientar-se para o verdadeiro bem de cada pessoa e de toda a pessoa. O verdadeiro desenvolvimento não pode consistir na simples acumulação de riquezas e na maior disponibilidade de bens e de serviços, mas deve ser perseguido com a consideração pelos dimensionamentos culturais e espirituais do ser humano. Os programas de desenvolvimento devem ser construídos sobre a justiça e a igualdade, tornando as pessoas capazes de viver em dignidade, harmonia e paz. Elas devem respeitar a herança cultural dos povos e das nações, assim como as qualidades agradáveis e as virtudes que reflectem a dignidade divina de cada pessoa singularmente e de todas as pessoas, bem como o pleno divino que chama todos à unidade. É extremamente importante que os homens e as mulheres se tornem agentes ativos do seu próprio desenvolvimento, porque tratá-los como se fossem mero objecto, no contexto de certos esquemas ou planos, seria como adotar a capacidade de para a responsabilidade, fundamental para o bem da pessoa humana.

4. O desenvolvimento é, e continua a ser o contexto adequado para as considerações da comunidade internacional acerca dos problemas demográficos. No âmbito destes debates, surge naturalmente questões referentes à transmissão e ao desenvolvimento da vida humana. Todavia, formulam questões demográficas em termos dos «direitos sexuais e reprodutivos», ou, ao mesmo em termos dos «direitos das mulheres», equivocando a discussão daquela que deveria ser a preocupação primária dos governos e das instituições internacionais. Deve-o, não com a intenção de reduzir, de modo algum, a importância da segurança da justiça e da igualdade para as mulheres.

Além disso, os problemas que se referem a transmissão da vida e ao seu subsequente desenvolvimento, não podem ser tratados de maneira adequada se não forem exceções considerentes ao bem da família aquela comunidade de pessoas, estabelecida pelo relacionamento entre um homem e uma mulher. Isto é — como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos — «a célula natural e fundamental da sociedade» (art. 16. 3). A família é uma instituição fundada sobre a natureza mesma das pessoas humanas, e o âmbito adequado para a concepção, o nascimento e o crescimento dos filhos. Neste momento da história em que existem tantas forças poderosas a combater contra a família e mais importante do que nunca que a Conferência sobre a População e o Desenvolvimento enfrente o desafio impõe na designação de 1994 por parte da Organização das Nações Unidas, como o «Ano Internacional da Família», realizando tudo o que lhe for possível para assegurar que a família reúne «a sociedade e o Estado» aquela proteção que, como a Declaração Universal mesmo afirma, lhe e «propriamente» (Ibid.). Qualquer decisão que não respeite tudo isto, equivalerá a uma traição

dos ideais mais nobres da Organização das Nações Unidas.

5. Hoy, o dever de salvaguardar a família exige que uma atenção particular seja dedicada à tutela da liberdade que o marido e a mulher têm de decidir de modo responsável, livre de todas as coercções sociais ou legais, o número de filhos que desejam ter e o intervalo entre os nascimentos. O objectivo dos governos e de outras instituições não deveria ser o de decidir em lugar das cônjuges, mas, antes, o de criar as condições sociais que tornem estes últimos capazes de tomar as decisões apropriadas, a luz das suas responsabilidades perante Deus, perante si mesmos e diante da sociedade à qual pertencem, assim como em relação à ordem moral objectiva. Aquilo a que a Igreja chama «paternidade e maternidade responsável», não é uma questão de procriação ilimitada ou de falta de consciência acerca daquilo que é necessário para o crescimento dos filhos, mas é, antes, questão de tornar os cônjuges capazes de usar a sua liberdade inviolável de modo sábio e responsável, tendo em consideração as realidades sociais e demográficas, bem como a própria situação e os seus legítimos desídos, à luz dos critérios morais objectivos. Todas as propagandas e as informações distorcidas, que têm o objectivo de persuadir os cônjuges a limitar as suas famílias e a um ou dois filhos, devem ser firmemente evitadas, e os casais que preferem com generosidade, ter famílias numerosas, devem ser apoiados.

Em defesa da pessoa humana, a Igreja é contra a imposição de limites para o número de filhos nas famílias, e opõe-se à procriação de métodos destinados a limitar os nascimentos, a separar as dimensões univas das procriativas, inerentes ao relacionamento conjugal, e a estarem em oposição à lei moral inscrita no coração humano, constituindo uma obra à semelhança da vida. Deste modo, a esterilização, que é cada vez mais promovida como método de planeamento familiar, devido às suas finalidades e ao seu potencial para a violação dos direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres, é sem dúvida alguma inaceitável; ela apresenta a mais grave ameaça contra a dignidade e a liberdade humana, quando e protegida como parte de uma política demográfica. O aborto, que destrói uma verdadeira vida humana, é um mal horrendo, e jamais pode constituir um método aceitável de planeamento familiar, como I. M. disse, reconhecido unanimemente na Conferência Internacional sobre a População, promovida pela Organização das Nações Unidas na Cidade do México (1984).

6. Em suma, desejo pôr uma vez mais em evidência aquilo que escrevi na Carta Encíclica *Centenarius annus*: «É necessário voltar a considerar a família como o lar da vida. De facto, ela é sagrada: é o lugar onde a vida doma de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está sujeita, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contudo a denominada cultura da morte, a família constitui a se de da cultura da vida.

O engrido humano parece orientar-se nesse campo, mas para trair, suprimir ou anular as fontes de vida chegam do ato ao recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades a mesma vida» (n.º 39).

7. Ao mesmo tempo que realistico o papel fundamental da família na sociedade, desejo também dedicar uma atenção particular à situação das crianças e das mulheres, que com muita frequência são os membros mais vulneráveis das nossas comunidades. As crianças não devem ser tratadas como um peso ou um obstáculo, mas devem ser estimadas como pessoas portadoras de esperança e sinais de progresso para o futuro. O cuidado, que é essencial para o seu crescimento e o seu desenvolvimento, provém em primeiro lu-

gar dos seus pais, mas a sociedade deve ajudá-la, apoiando as famílias nas suas responsabilidades e nos seus esforços por conservar um ambiente propício em que os filhos possam crescer. A sociedade deverá promover «políticas sociais, que tenham como principal objectivo a propria família, ajudando-a, mediante a atribuição de recursos adequados e de instrumentos eficazes de apoio, quer na educação dos filhos quer no cuidado dos anciãos, evitando o seu afastamento do núcleo familiar e reforçando as ligações entre as gerações» (*Centenarius annus*, 49). Uma sociedade não pode afirmar que trata as crianças de modo justo, ou que tutela os interesses delas, se as suas leis não salvaguardam os direitos das crianças nem respeitam a responsabilidade dos pais pelo bem-estar das mesmas.

8. É muito triste que ainda hoje, no terceiro do século XX, seja necessário afirmar: quanto à condição humana, que cada mulher é igual ao homem em dignidade, e que é plenamente membro da família humana, no seio da qual ocupa um lugar e tem uma vocação distinta, complementar mas absolutamente não inferior a do homem. Na maior parte das nações do mundo, há ainda muito a fazer para corresponder às necessidades educativas e sanitárias das jovens e dos jovens, a fim de que elas possam alcançar a sua plena realização na sociedade.

Na família que uma mulher inscreve com o seu marido, ela tem o papel e o privilégio únicos da maternidade. De modo especial, cabe a ela nutrir a nova vida do filho, a partir do momento da concepção. A mãe em particular envolve o recém-nascido em amor e segurança, e cria a atmosfera adequada para o seu crescimento e desenvolvimento. A sociedade não deve permitir que o papel materno seja diminuído, nem deve considerá-lo como se tivesse pouco valor em relação com as outras possibilidades. Uma maior consideração deveria ser dedicada ao papel social das mães, e deveriam também ser apoiados os programas que têm como objectivo diminuir a mortalidade das mães, oferecendo cuidados pre-natal, e puerários, correspondendo às necessidades das mulheres grávidas e das mães adoptivas, e autorizando as próprias mães na assistência sanitária preventiva aos seus filhos. A este propósito deve ser dada atenção aos benefícios positivos do amamentamento natural para o nutrimento e a prevenção de doenças dos filhos, bem como para o vínculo materno e o estabelecimento dos intervalos entre os nascimentos.

9. O estudo sobre a população e o desenvolvimento apresenta inevitavelmente a questão das implicações ambientais do crescimento demográfico. A questão ecológica, no seu fundamento mesmo, tem bens e moral. Enquanto o crescimento demográfico é, com frequência considerado responsável por problemas ambientais, estamos conscientes de que a questão é bem mais complexa. Os padrões de consumo e desperdício, de modo paralelo nos países desenvolvidos, à destruição dos recursos naturais, a ausência de respostas ou de salvaguardasalguns processos industriais ou de produção em grande escala só pode ser perigo o meio ambiente natural.

A Conferência do Cairo também dedica a devida atenção às enfermidades, à mortalidade, bem como a necessidades de eliminar doenças de todas as espécies que ameaçam a vida. Ao mesmo tempo que se realizam progressos, no sentido de aumentar a duração da vida, as políticas também devem prover as necessidades dos anciãos e prestar atenção ao contributo que eles podem oferecer a sociedade durante os anos de aposentadoria. A sociedade deverá desenvolver políticas que correspondam às suas necessidades de segurança social, de assistência sanitária e de participação activa na vida da comunidade.

Mensagem do Papa à Ex.ma Senhora Nafis Sadik

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4

A migração é também uma das principais preocupações na análise dos dados demográficos, e a comunidade internacional deve assegurar que os direitos dos migrantes sejam reconhecidos e protegidos. A este propósito, dedico uma atenção especial à situação das famílias migrantes. A tarefa do Estado é de assegurar que às famílias imigrantes não faltem as garantias ordinárias que são oferecidas aos seus próprios cidadãos, bem como de as proteger contra qualquer tentativa de marginalização, intolerância ou racismo, e de promover uma atitude de solidariedade convicta e activa no que se lhes refere (cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Migração*, 1993-1994, n. 1).

10. Enquanto prosseguem os preparativos para a *Conferência do Cairo*, desejo assegurar-lhe, Senhora Secretário-Geral, que a Santa Sé está plenamente consciente da complexidade dos problemas em questão. Esta mesma complexidade requer que avaliemos de maneira muito atenta as consequências, para as gerações presentes e futuras, das estratégias e das recomendações a serem propostas. Neste contexto, o esboço final do documento da Conferência do Cairo, que já está em circulação, é causa de grave preocupação da minha parte. Inúmeros dos princípios que acabei de evocar não são mencionados nas suas páginas, ou então são totalmente marginalizados. Na verdade, várias das suas propostas chegam a contradizer diversos princípios éticos basilares. As considerações políticas e ideológicas não podem constituir, por si mesmas, a base sobre a qual as decisões essenciais para o futuro da nossa sociedade são fundadas. Aquilo que está em peri-

go aqui é o futuro mesmo da humanidade. *Problemas fundamentais*, tais como a transmissão da vida, a família e o desenvolvimento material e moral da sociedade, devem ser tomados em séria consideração.

Por exemplo, o consenso mundial da Conferência Internacional sobre a População, realizada na Cidade do México em 1984, segundo o qual «em nenhum caso deverá o aborto ser promovido como método de planeamento familiar», é completamente ignorado no esboço deste documento. Com efeito, existe a tendência a promover um direito, internacionalmente reconhecido, à prática do aborto — quando é pedido —, sem qualquer restrição e sem qualquer consideração pelos direitos do nascituro, de maneira que se vai para além daquilo que até mesmo agora é, infelizmente, aceite pelas leis de algumas nações. A visão da sexualidade, que serve de inspiração para o documento, é individualista. O matrimónio é ignorado, como se pertencesse ao passado. Uma instituição tão natural, universal e fundamental como a família, não pode ser manipulada sem causar, com isso, sérios danos ao tecido e à estabilidade da sociedade.

A gravidade dos desafios que os governos e, acima de tudo, os pais devem enfrentar na educação das jovens gerações, está a demonstrar que não podemos abdicar a nossa responsabilidade de orientar os jovens para uma compreensão mais profunda acerca da sua dignidade e potencialidade como pessoas. Qual é o futuro que propomos aos adolescentes, se os deixamos, na sua imaturidade, seguir os próprios instintos, sem tomar em consideração as implicações interpessoais e morais dos seus comportamentos se-

xuais? Não temos, porventura, a obrigação de abrir os seus olhos para os prejuízos e os sofrimentos, aos quais um comportamento sexual moralmente irresponsável pode expô-los? Não é nosso dever, porventura, desafiá-los com uma ética exigente, que respeite plenamente a sua dignidade e os conduza ao autocontrole, necessário a fim de poderem enfrentar as inúmeráveis exigências da vida?

Estou convicto, Senhora Secretário-Geral, de que no período que resta para a preparação da Conferência do Cairo, Vossa Excelência e os seus colaboradores, bem como as nações que hão-de participar na mesma Conferência, dedicareis a justa atenção a estes problemas mais profundos.

Nenhum dos temas que serão debatidos é meramente uma preocupação de natureza económica ou demográfica, mas, em última análise, cada um deles tem um problema de profundo significado moral, com vastas implicações. O contributo da Santa Sé consistirá, justamente, em oferecer uma perspectiva ética acerca das questões que deverão ser consideradas, sempre com a convicção de que os esforços da humanidade por respeitar e por se conformar com o designio providencial de Deus, são o único modo de obter bom êxito na edificação de um mundo de igualdade, unidade e paz genuinas.

Oxalá Deus Todo-poderoso ilumine cada uma das pessoas que participam na Conferência.

Vaticano, 18 de Março de 1994.

Joannes Paulus II

URGENTE E IMPORTANTE

Cairo, setembro de 1994

Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento da Organização Das Nações Unidas**UM ABUSO DE PODER**

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) vai se realizar no Cairo de 5 a 13 de setembro próximo. Uma proposta de Programa de Ação distribuída pelo secretariado da CIPD em 24 de janeiro afirma, sem rodeios, que à conferência mundial de população de 1994 "foram delegados, explicitamente, poderes mais amplos do que os dados às anteriores". O mencionado documento esboça um plano de ação que pode dar início ao período de maior perigo para o cristianismo jamais ocorrido desde as perseguições dos primeiros três séculos.

A questão vai muito além da promoção de formas ilícitas de controle da natalidade. As atuais tendências mundiais de crescimento populacional sugerem que, se as taxas de natalidade se mantiverem constantes em todas as regiões pelas próximas duas ou três gerações, todas as grandes potências de hoje se transformarão em nações relativamente pequenas, com populações excessivamente reduzidas para formar a base de uma dominação política e militar do mundo. Em consequência, os países do hemisfério sul aumentarão significativamente sua capacidade de controlar os acontecimentos mundiais em seu benefício. Muitos membros de governos ocidentais prevêem nada menos do que uma troca abrupta e completa das lideranças internacionais e da orientação política do mundo. Por esta razão, pode-se dizer que o verdadeiro objetivo do controle populacional é permitir a continuação da opressão do mundo em desenvolvimento.

Além disso, a introdução dos métodos "modernos" de controle da natalidade, na escala pretendida pelos países industrializados, implica num regime de imposição externa de uma profunda mudança cultural. O objetivo explícito do programa populacional é impedir que o mundo subdesenvolvido tenha um número de nascimentos suficiente para que ocorra a evolução geopolítica acima descrita; assim, é necessário que a fertilidade do hemisfério sul seja reduzida a níveis extremamente baixos, comparáveis aos que ocorrem hoje nas sociedades industrializadas. Mas um tal programa só pode ter êxito pela destruição de costumes e estilos de vida tradicionais, de modo que a África, o mundo árabe e outras regiões em desenvolvimento (como a Latina) terão que ser forçadas à secularização.

A proposta de programa da CIPD relata que, como resultado do programa internacional de controle demográfico, já se multiplicou por cinco o número dos usuários de contraceptivos nos países em desenvolvimento. E menciona que "nos níveis mais baixos da população vêm ocorrendo mudanças de atitude, que levaram a um aumento muito maior da demanda por informação e serviços de planejamento familiar, e resultaram numa redução relativamente rápida no tamanho médio das famílias".

O documento reconhece que o objetivo do programa internacional de população é, especificamente, reduzir a fertilidade dos povos do hemisfério sul, não tratando da questão da "superpopulação" a nível global. De fato, recomenda-se ali que a "comunidade internacional" comece a enfrentar "os problemas especiais dos países com fertilidade excessivamente reduzida" (ou seja, os do mundo industrializado...), e pedem-se esforços para "reduzir as disparidades nas taxas de crescimento populacional entre os diferentes países e regiões, e chegar o mais rapidamente possível à estabilização da população mundial".

A seguir, o mesmo documento ilustra as disparidades no crescimento populacional das diferentes regiões, mostrando sutilemente que, nas condições atuais, a população mundial não-branca cresce muito mais rapidamente do que a de origem européia. Os índices de fertilidade médios nacionais vão desde 8,5 filhos por mulher, em Ruanda, até 1,3, na Itália. Essa variação tem implicações no tamanho e distribuição da população mundial, e nas perspectivas de desenvolvimento sustentável: de fato, entre 1995 e 2005, espera-se que a população dos países desenvolvidos aumente em 120 milhões, enquanto que a das áreas em desenvolvimento deve aumentar em 1 bilhão e 700 milhões.

Sexta-feira, 3 de junho de 1994.

Clinton e o papa divergem**Audiência no Vaticano não diminui diferenças sobre planejamento****ARAÚJO NETTO**

Roma – Nada mudou nas relações da Santa Sé com a Casa Branca depois de uma audiência de 40 minutos e do almoço frugal de João Paulo II com Bill Clinton, entre o meio-dia e às 15h20m de ontem na Cidade do Vaticano. Tudo continua como dantes, sempre que se tratar de aborto, planejamento familiar e crescimento demográfico. O presidente americano declarou-se honrado por ter discutido sobre problemas concretos com o papa, mas foi o primeiro a revelar – em conversa com grupo de seminaristas americanos – que os pontos de vista do papa e de seu governo, sobre o aborto e o controle da natalidade mantêm-se inconciliáveis.

Horas mais tarde, o porta-voz da Santa Sé, Joaquim Navarro-Vals, com palavras menos claras, confirmaria: a próxima conferência mundial do Cairo sobre o controle da natalidade e o desenvolvimento realmente foi um dos temas principais da audiência do Santo Padre ao presidente Clinton. Eles conversaram também sobre a defesa da vida e da família. Como a Santa Sé está profundamente interessada na preservação e na promoção da família, o papa formulou um apelo ao senso de responsabilidade de uma grande nação como os Estados Unidos, que desde a sua origem e através da História, sempre proclamou os valores éticos como básicos de cada civilização.

Aos jornalistas, Clinton foi ainda mais preciso: "Na maravilhosa conversa que tive com o papa, esclareci que não consideramos e não desejamos o aborto como meio de controle de natalidade, mas como segurança para cerca de 10 milhões de mulheres que anualmente recorrem ao aborto clandestino e mais perigoso."

Acompanhado pela mulher, Hilary, pela sogra, senhora Rodham, e por uma comitiva de 30 pessoas, o presidente Clinton chegou ao Vaticano dez minutos antes da audiência na biblioteca pontifícia. João Paulo II recebeu-o, de pé, ainda muito debilitado, dispensando a ajuda de intérpretes para conversar com o 10º presidente dos Estados Unidos que, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, entrava no Palácio Apostólico para conversar com um papa.

Terminada a audiência, Clinton e sua comitiva iniciaram a segunda etapa "das três horas de ocupação americana do Vaticano", como foi definida ironicamente, por um membro da delegação da Casa Branca, a presença do presidente Clinton na cidade, nos palácios do papa e na Capela Sistina, de Michelangelo Buonarroti.

COMPARECEM MAIS OS SRS:

César Dias – Chagas Rodrigues – Dario Pereira – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jônico Tristão – Josaphat Marinho – Júnia Marise – Mansueto de Lavor – Onofre Quinan.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência observou atentamente os pronunciamentos dos Senadores Ney Maranhão e Marco Maciel e aproveita para se solidarizar com ambos e com o registro que foi feito pelo Senador Marco Maciel, referente à celebração festiva, amanhã, da vitória épica da Batalha Naval do Riachuelo, alcançada pela nossa Marinha de Guerra.

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, a Presidência dispensa, na sessão de hoje, o período destinado à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h22min.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Afonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimen-

tos Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

8

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 9, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiofusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 10, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

1º Pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

12

**PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul, para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

1º Pronunciamento: favorável ao projeto;

2º Pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 18, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiofusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 19, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiofusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiofusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91), na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Pareceres

sob nº 132, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 CCJ, de redação, que apresenta:

– de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição das emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 239, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 1993 (nº 1.791/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantil e Atividades Afins e dá outras providências, tendo

Parecer nº 85, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável com emenda nº 1, CAE, que apresenta.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as Emendas nºs 2 a 7, apresentadas perante a Mesa)

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 1994 (nº 3.343/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a redistribuir os cargos criados pela Lei nº 8.433, de 16 de junho de 1992. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1994 (nº 420/94, na Câmara dos Deputados), que disciplina os atos praticados na vigência das Medidas Provisórias nºs 381, de 6 de dezembro de 1993, 408, de 6 de janeiro de 1994, 425, de 4 de fevereiro de 1994 e 446, de 9 de março de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos
do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1994 (nº 406/94, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Panorama de Catolé do Rocha Ltda., para explorar serviço de radiofusão em frequência modulada na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1994 (nº 407/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, assinado pela República Federativa do Brasil, em Nova Iorque, em 31 de março de 1981, bem como revoga o Decreto Legislativo nº 93, de 1983. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 242, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 1993 (nº 3.002/92, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Detetive e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 153, de 1994, da Comissão

– de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 22 minutos).

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 223, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, alínea a, do Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto no art. 36, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 1990, e o que consta do Processo nº 009025/94-4, resolve remover, *ex officio*, da sede do órgão em Brasília para ter lotação e exercício na Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, WANDERLEY ESPÍNDOLA PESSOA, Matrícula 3892, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de junho de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 63, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 009642/94-3 resolve exonerar ALADIM TADEU PEREIRA, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilberto Miranda, a partir de 1º de junho de 1994.

Senado Federal, 9 de junho de 1994. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 64, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 010016/94-5 resolve exonerar, a pedido, JOSÉ LUIZ DE SANTANA CARVALHO, do cargo, em Comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de

Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PMDB, Senador Mauro Benevides, a partir de 30 de maio de 1994.

Senado Federal 9 de junho de 1994. **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATA DE REUNIÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA
DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL
E DA MESA DIRETORA
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS,
REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1994**

Às dezesseis horas do dia trinta e um de maio de um mil novecentos e noventa e quatro, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, conjuntamente com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, na sala de Reuniões da Presidência do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos senhores Senadores: Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente; Júlio Campos, Primeiro-Secretário; e dos Excelentíssimos Senhores Deputados: Inocêncio de Oliveira, Presidente; Adylson Motta, Primeiro Vice-Presidente; Fernando Lyra, Segundo Vice-Presidente, Wilson Campos, Primeiro Secretário, e Aécio Neves, Terceiro Secretário.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores: Levy Dias, Segundo Vice-Presidente; Nabor Júnior, Segundo Secretário, Júnia Marise, Terceira-Secretária, e Nelson Wedekin, Quarto-Secretário.

Da reunião participaram também os seguintes líderes ou representantes de bancadas partidárias: Pelo Senado Federal, os Excelentíssimos Senhores Senadores: Marco Maciel, (PFL), Mauro Benevides (PMDB), Mário Covas (PSDB), Pedro Simon (Governo), Irapuan Costa Júnior (PP) e Jonas Pinheiro (PTB). Pela Câmara dos Deputados, os Excelentíssimos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Magalhães (PFL), Germano Rigoto (PMDB), Eduardo Jorge (PT), Sérgio Arouca (PPS), Wilson Müller (PDT), João Mendes e Gastone Righi (PTB) e Sérgio Miranda (PCdoB).

Ao abrir os trabalhos, o Presidente, Senador Humberto Lucena, explica que os presentes haviam sido convocados para a organização de votações do Congresso Nacional, em sincronia com as da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tendo em vista a proximidade do recesso parlamentar de julho, além da campanha eleitoral, a partir do segundo semestre do ano. Sugere, então, a realização de esforço concentrado nas terças, quartas e quintas-feiras com sessões pela manhã, à tarde e à noite. Com isso seria possível a votação das Medidas Provisórias em tramitação, bem como do Orçamento da União e das Leis de Diretrizes Orçamentárias (1994 e 1995). O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, concorda com o calendário proposto e anuncia que a Câmara dos Deputados, isoladamente, realizaria as sessões para exame dos processos de perda de mandato, decorrentes da CPMI/Orçamento, e do Projeto de Lei Antitruste. Com a palavra, o Vice-Líder do PMDB na Câmara dos Deputados Deputado Germano Rigoto, pondera que o principal objetivo deveria ser a fixação de um calendário de votações, circunstâncias a seu ver mais importante que o exame do mérito das proposições sujeitas a votação. O Parlamentar endossa as observações do Presidente Humberto Lucena, quanto à necessidade de votação das Medidas Provisórias até 30 de junho, sem o que seriam reeditadas em julho, com a consequente convocação extraordinária do Congresso Nacional nesse mês. Intervieram também com colocações a respeito, os líderes do PSDB no Senado Federal, Mário Covas; do PFL na Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães; e do PT na Câmara dos Deputados, Eduardo Jorge. Aprovado o calendário proposto, o Presidente encerra a reunião às dezessete horas e vinte minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal, lavrei a presente Ata que é assinada pelo Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena.

Sala de Reuniões, 31 de maio de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansuelo de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	Vice-Líder Jutahy Magalhães	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	Vice-Líderes Odacir Soares	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amim Moisés Abrão
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon		

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrônio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrônio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Mariuza Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341
Sala de reuniões: 3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CB-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74
		PTB		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
		PDT		Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Melo	MS-4215/18 AM-3091/92	Titulares			
		PDC		Suplentes			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	PMDB			
		PDS		Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
		PP		Aluízio Bezerra	AC-3158/99	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
		PT/PSB		Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Alfredo Campos	MG-3237/38	Antônio Mariz	PB-4345/46
		Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344		Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
		Vago				Vago	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				PFL			
				Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
				Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
				Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
				Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
				Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
				PSDB			
				Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
				Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
				José Richa	PR-3163/64	Vago	
				PTB			
Roman Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63
		PFL		PDT			
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rolemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
		PSDB		PRN			
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
		PTB		PDC			
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
		PDT		PDS			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
		PRN		PP			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
				Secretário: Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286			

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
				PDT			
Titulares				Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Suplentes				PRN			
PMDB				Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
João Calmon Flaviano Melo Mauro Benevides Wilson Martins Juvêncio Dias Mansueto de Lavor José Fogaca Pedro Simon Iram Saraiva	ES-3154/55 AC-3493/94 CE-3052/53 MS-3114/15 PA-3050/4393 PE-3182/83 RS-3077/78 RS-3230/31 GO-3134/35	Cid Sabóia de Carvalho Antônio Mariz Onofre Quinan Marcio Lacerda Ronaldo Aragão Amir Lando Ruy Bacelar Alfredo Campos Nelson Carneiro	CE-3058/59 PB-4345/46 GO-3148/49 RJ-3029/30 RO-4052/53 RO-3110/11 BA-3160/61 MG-3237/38 RJ-3209/10	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PFL				PDS			
Josaphat Marinho Marco Maciel Álvaro Pacheco Raimundo Lira Bello Parga	BA-3173/74 PE-3197/98 PI-3085/86 PB-3201/02 MA-3069/72	Dario Pereira Odacir Soares Francisco Rollemburg Carlos Patrocínio Henrique Almeida	RN-3098/99 RO-3218/19 SE-3032/33 TO-4058/68 AP-3191/92	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
PSDB				PP			
Almir Gabriel Eva Blay Teotônio V. Filho	PA-3145/46 SP-3119/20 AL-4093/94	Beni Veras Mário Covas José Richa	CE-3242/43 SP-3177/78 PR-3163/64	Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
PT/PSB							
Eduardo Suplicy							
RS-3224/25							
Secretaria: Mônica Aguiar Inocente							
Ramais: 3496/3497							
Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas							
Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121							